

A COMUNIDADE CONECTADA E O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS MOBILIZAÇÕES EM TORNO DO CENTRO HISTÓRICO DE SANTO ÂNGELO - RS

MARINA GOWERT DOS REIS¹; RENATA OVENHAUSEN ALBERNAZ²

¹ Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPEL. Email: marinagowertdosreis@gmail.com.

³ Professora adjunta da Universidade Federal de Pelotas, atua no PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural e na Faculdade de Direito. Doutora em Direito pela UFSC. Email: renata_albernaz@terra.com.br.

1. INTRODUÇÃO

A internet, como meio de comunicação que permeia a vida atual e que possibilita, entre outros fatores, a aproximação de indivíduos que compartilham ideias e causas (LÉVY, 2007), está presente em diversos processos sociais, dentre esses a mobilização de grupos. A causa patrimonial integra-se a esse panorama, uma vez que as comunidades estão fazendo uso da internet como forma de mobilizar suas demandas de preservação.

Assim, atenta-se para o processo de patrimonialização do Centro Histórico de Santo Ângelo, município localizado ao norte do estado do Rio Grande do Sul, região que compreende os antigos Sete Povos das Missões. Observa-se lá uma vontade de uma parte da comunidade, que se organiza através da internet, para buscar a preservação de seu patrimônio local, este enquanto representante de seu passado e, no presente, espaço de convivência e de construção de lembranças.

Em maio de 2012 a comunidade de Santo Ângelo organizou um abaixo-assinado digital¹ pedindo ao IPHAE – RS – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul – o tombamento estadual do espaço que compreende o Centro Histórico e Arqueológico de Santo Ângelo. Esse abaixo-assinado foi difundido na rede social Facebook², em especial por indivíduos relacionados ao grupo Defenda Santo Ângelo! Quero nossa história viva!³, localizado no mesmo website. Essas ações foram movidas, em especial, pela eminente destruição de edificações patrimonializáveis para dar lugar à construção de novos edifícios, modernos prédios comerciais e de moradia.

O abaixo-assinado foi, então, o instrumento utilizado para iniciar o processo administrativo aberto pelo IPHAE - RS. Essa solicitação partiu da sociedade civil organizada através da Oscip Defender - Defesa Civil do Patrimônio Cultural, culminando em julho de 2012 no tombamento provisório da referida área. Atualmente, o município desenvolve uma legislação municipal que trata das

¹ Disponível em: <<http://www.peticaopublica.com.br/?pi=P2012N24905>>. Acesso em: 01 de Agosto

² <<http://www.facebook.com>>. O Facebook é a rede social na internet que hoje em dia atinge, somente no Brasil, 72 milhões de usuários cadastrados, com uma penetração na população de 37,7%. Dentre suas ferramentas está a criação de perfil pessoal, envio de mensagens particulares entre usuários, criação de páginas para os mais diversos fins e organização de grupos de discussão.

³ Grupo na rede social Facebook, com necessidade de convite para acesso. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/211236288937044/>>. Acesso em: 01 de agosto de 2013.

questões patrimoniais, ação que fez com que o IPHAE-RS não instituisse o tombamento do espaço.

O tema central dessa dissertação é a comunidade mobilizada em defesa do patrimônio cultural, fazendo uso do espaço das redes sociais na internet para buscar suas causas, e a repercussão desse uso na valoração de bens patrimoniais, entendendo essa como um processo social que acontece no interior da comunidade, ainda que influenciado por fatores externos. Tem-se como objeto de estudo o processo que foi instaurado no Centro Histórico de Santo Ângelo, uma vez que é exemplo de caso onde a comunidade local fez uso da internet para organizar suas causas e ainda faz uso deste meio para discutir o andamento das ações governamentais, tanto na instância municipal como na estadual.

Assim, o objetivo geral dessa pesquisa está em analisar a mobilização de comunidades que fazem uso da internet para discutir suas causas de preservação patrimonial, observando o caso do Centro Histórico de Santo Ângelo. Pontua-se, dentre os objetivos específicos da pesquisa, entender a internet, em um contexto de cibercultura, como um espaço de democracia e empoderamento, possibilitando poder à comunidade nas lutas por preservação patrimonial; compreender os conceitos que permeiam o processo de patrimonialização, atentando como os mesmos consideram as memórias das comunidades envolvidas; observar o processo de patrimonialização do Centro Histórico de Santo Ângelo, buscando identificar a influência da internet nesse caso.

2. METODOLOGIA

Essa pesquisa é qualitativa, de natureza dedutiva, fundamentada em análise de caso.

A revisão bibliográfica de temas é um das bases para essa pesquisa. Assim, o primeiro momento da dissertação desenvolve os seguintes temas: conceituação de patrimônio cultural, processo de patrimonialização e o espaço que a memória tem nos mesmos, memória coletiva e identidade cultural. Uma vez que tais temas são observados a partir de uma perspectiva atual, buscou-se autores que falem desse período histórico e tragam uma visão crítica das questões patrimoniais, como é o caso de: Françoise Choay, Jean-Louis Tornatore, Llorenç Prats e Joël Candau.

O segundo capítulo traz teóricos da cibercultura, abordando os seguintes temas: histórico da cibercultura, recorrências dessa como um fenômeno social, as redes sociais na internet, a internet como espaço de democracia e de mobilização em defesa do patrimônio cultural. Tais pontos são observados a partir dos seguintes autores: Pierre Lévy, Manuel Castells, André Lemos; Raquel Recuero, Fábio Manili e Henrique Antoun.

Chega-se, assim, ao estudo do caso do Centro Histórico de Santo Ângelo. Sobre as fontes de informação, recorre-se ao grupo no Facebook, à trabalhos acadêmicos que desenvolvam temáticas relacionadas ao município de Santo Ângelo, como é o caso da dissertação de mestrado de Andressa Domanski sobre as escavações no Centro Histórico e documentos do IPHAE – RS relativos ao processo de tombamento.

Para a coleta de informações no Facebook tem-se com base caminhos metodológicos de natureza empírica da área de comunicação, guiando-se, em especial, no que Amaral, Recuero e Frago (2012) apresentam sobre perspectivas de pesquisas qualitativas que buscam as redes sociais como fonte de informação. Assim, serão construídas tabelas para classificar e visualizar informações e comportamentos recorrentes no grupo. Tais tabelas apresentam

informações como classificação e quantificação de conteúdos em postagens, membros do grupo que se mostram mais ativos, períodos do processo e número de postagens, tipos de postagens que são compartilhadas por outros membros.

Com base no cruzamento de informações dessas tabelas serão construídos gráficos que apresentam relações possíveis de inferir a partir do que é discutido no grupo, como, por exemplo, que tipo de informação era mais postada no momento inicial do processo de inventário organizado pela instância municipal e se existe interesse em conteúdos como memória da comunidade. Ainda levanta-se a possibilidade de realização de pesquisa digital com usuários do grupo e entrevistas com membros representativos do mesmo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma vez que essa pesquisa ainda está em processo de realização, chegando, nesse momento, à execução do estudo de caso, não é possível mostrar resultados finais, somente expectativas do que o objeto irá mostrar.

Assim, afirma-se que os conteúdos discutidos no grupo são dos mais diversos, incluindo questões de legislação patrimonial, fotografias de uma Santo Ângelo antiga, fotografias denunciando atos que prejudicam os bens patrimoniais, atualizações do processo, entre outras. Sobre a frequência de postagens no grupo, pode-se dizer que essa é elevada em momentos críticos do processo, como o final do prazo para assinatura do abaixo-assinado ou início do processo de inventário municipal. Mesmo assim, observa-se que o grupo não entra em um período de estagnação, mantendo-se como espaço ativo de discussão.

Já é possível afirmar que a inclusão do fator digital no âmbito da busca pela defesa patrimonial modifica as estruturas normativas de tais processos, ainda que seja na possibilidade de que instâncias de poder considerem as vontades que crescem no interior de comunidades, que, a partir de tecnologias, podem ser difundidas.

Essa pesquisa é construída em torno de algumas inquietações que surgem da observação de casos de mobilização digital e da maneira que os processos de patrimonialização acontecem, tanto no interior da comunidade, como nas instâncias normativas.

A primeira é a ideia Tornatore (2010) de que o *expert*, o profissional do patrimônio, deve ter uma visão participativa quando de um processo de patrimonialização, entendendo a comunidade, sua memória, o que o bem significa para a mesma, para assim poder dar subsídios para que essa faça uso e desenvolva o bem na atividade patrimonial. A segunda é a ideia que Prats (2005) apresenta, defendendo que um bem será patrimonializável, atrairá interesse de outros, externos à comunidade, se por trás dele existirem as memórias da comunidade. E a terceira é referente ao conceito de que a internet é um espaço de democracia, que possibilita empoderamento às comunidades, algo que está potencializado na visão de Lévy de que “a democracia só progredirá explorando da melhor forma as ferramentas de comunicação contemporâneas” (LÉVY, 1998, p. 59). Assim, partindo desses pensamentos, busca-se entender se e como a mobilização de comunidades na internet em defesa do patrimônio cultural influencia o processo de patrimonialização.

No caso de Santo Ângelo busca-se observar se os grupos no Facebook funcionam como uma extensão de acontecimentos situados na cidade, ou são uma mobilização isolada, quais os conteúdos que são discutidos, quem são esses membros (eles tem relações com a questão patrimonial, interesse financeiro nas

edificações, figuras políticas da cidade), se os acontecimentos no processo tombamento modificam o comportamento no grupo, entre outras questões que surgirão da observação.

4. CONCLUSÕES

Assim, essa pesquisa propõe-se em analisar a mobilização de comunidades que fazem uso da internet para discutir suas causas de preservação patrimonial, observando o caso do Centro Histórico de Santo Ângelo. Ainda se coloca esse grupo como integrante de uma rede de ações pela defesa patrimonial que fazem uso da internet como meio de mobilização, como é o caso Vale do Rio dos Sinos RS: nosso patrimônio⁴, o Chega de Demolir Porto Alegre⁵ e o Chega de Demolir SIP – Reminiscências Paulistanas⁶. A observação de existência de outros grupos que trabalham a partir de sistemática semelhante faz com que Santo Ângelo seja visto como uma forma de organização contemporânea e não uma ação isolada.

Nessa pesquisa observam-se as relações entre esses novos modos de agir conforme o desejo de um coletivo e as normativas de processos de patrimonialização, processos de representação identitária no âmbito das comunidades, as redes sociais como ferramenta de mobilização e a sistemática do grupo Defenda Santo Ângelo! Quero nossa história viva!.

⁴ <https://www.facebook.com/ValedoSinosPatrimonio>

⁵ Blog do movimento: <http://chega-de-demolir-portoalegre.blogspot.com.br/> Página no Facebook: <https://www.facebook.com/pages/Chega-de-Demolir-Porto-Alegre/496197030458160>

⁶ <http://chega-de-demolir.blogspot.com.br/>

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TORNATORE, J. L. Patrimônio, memória, tradição, etc: discussão de algumas situações francesas da relação com o passado. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 7-21, dez. 2009/mar. 2010.

LÉVY, P. **A Inteligência Coletiva**. Por uma Antropologia do Ciberespaço. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

_____. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2007

PRATS, L. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 21, p. 17-35, 2005.

AMARAL, A.; RECUERO, R.; FRAGOSO, S. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.